

Por respeito e dignidade - contra as demissões

O Sindicato dos Professores do ABC se solidariza e sai na defesa dos interesses dos professores e professoras que vêm sistematicamente tendo os seus direitos trabalhistas desrespeitados e solapados, com o descumprimento do dissídio coletivo do Ensino Básico e Cursos Livres.

O **SINPRO ABC** se posiciona, por princípio, contra toda e qualquer demissão como as 500 demissões (aproximadamente), homologadas neste sindicato.

A arbitrariedade é enorme e revoltante, os "barões" da educação jogam no lixo as leis e acordos firmados e alegam a ignorância da lei sempre que são questionados sobre o seu descumprimento.

É inaceitável a forma autoritária como esse processo vem sendo conduzido pelas instituições, e por princípio nos colocamos ao lado dos professores, valorizando suas lutas e suas conquistas.

É urgente que se reveja o tratamento dispensado aos professores por parte das instituições de ensino no ABC, em um tempo em que se fala tanto em modernização da administração, nos parece que esta tendência não chegou à maioria das escolas e universidades da região.

É necessário reafirmar que para nós uma boa relação trabalhista significa um tratamento respeitoso e digno mediado unicamente pelo respeito ao professor.

A credibilidade dessas instituições fica seriamente abalada no

momento em que descumprem o que foi previamente acordado, gerando uma desconfiança que certamente chega à comunidade.

Para o **SINPRO ABC** é intolerável que os Professores e a Educação sejam tratados com tamanho desrespeito por esses que tratam a

educação como mercadoria ou meio de ocupar espaços políticos.

Ao tratar a educação como mercadoria, essas instituições, operando dentro da lógica neoliberal pretendem, com as demissões, reduzir os custos e aumentar a lucratividade, a exemplo das 130 demissões na **UNIABC**. Por outro lado existem instituições de caráter fundacional ou comunitária, autárquicas, ou confessionais onde as demissões são quase sempre consequência da luta pelo poder, a exemplo do Centro Universitário Fundação Santo André (**FSA**) em que ocorreram 6 demissões no final de 2003.

O **SINPRO ABC** protesta contra as demissões, independentemente de elas visarem à otimização dos lucros ou à solução de pendências políticas, e coloca o seu departamento jurídico à disposição de todos os professores e professoras que consideraram seus direitos desrespeitados.

Diretoria do SINPRO ABC

"Ao tratar a educação como mercadoria, essas instituições, operando dentro da lógica neoliberal, pretendem, com as demissões reduzir os custos e aumentar a lucratividade, a exemplo as 130 demissões na UNIABC."

Por outro lado, existem instituições de caráter fundacional ou comunitária, autárquicas, ou confessionais onde as demissões são quase sempre consequência da luta pelo poder, a exemplo do Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) em que ocorreram 6 demissões no final de 2003.

Campanha Salarial 2004

Anote na agenda

Dia 18 de fevereiro, quarta-feira, a categoria vai parar, mas não é greve. O abono de falta para a realização da grande assembleia está assegurado a todos os professores (sindicalizados ou não) – de Educação Básica, Ensino Superior, inclusive Sesi e Senai (Senai Superior). A casa tem que estar cheia, porque a luta depende da cada um de nós.

Local: Sede da APEOESP (R. Padre Manoel de Nóbrega, 511 – Bairro Jardim – Santo André)

Recurso não suspende sentença

Escolas estão obrigadas a cumprirem imediatamente o que o TRT determinou

Não há desculpa. Mesmo com a hipótese de que o Siesesp vá entrar com recurso no Tribunal Superior do Trabalho, as escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio estão obrigadas a cumprir imediatamente a sentença do TRT que determinou índice de reajuste de **16,42%**, vale-refeição e demais cláusulas sociais, tudo retroativo a março de 2003. Isso porque o recurso não suspende a sentença. Ela continua valendo.

A sentença está valendo, ainda que o acórdão

(texto definitivo) não tenha sido publicado. O sindicato patronal recorreu em dezembro, mas o recurso não suspende a sentença.

Apesar de estarem obrigadas a cumprir a sentença, muitas escolas ainda não pagaram o que devem.

Com o início do ano letivo, recomeça também a luta pelo integral e imediato cumprimento do dissídio.

Não dá para começar o planejamento escolar ignorando esse problema.

FEPEESP e SINPRO ABC entregam pauta de reivindicações

Os sindicatos patronais que representam os diversos segmentos de ensino receberam, dia 16 de dezembro, da FEPEESP e dos SINPROs, as pautas de reivindicações para a campanha salarial de 2004. As primeiras

rodadas de negociação começam em janeiro.

Além da reposição salarial pelo DIEESE, as pautas prevêm a manutenção dos direitos coletivos e a extensão de algumas conquistas para toda a categoria, como cesta básica (hoje,

garantida apenas a professores de educação básica); plano de saúde (devida atualmente somente para o ensino superior) e horatividade de 15% (o Sesi e o Senai já conquistaram 14%).

SESI/SENAI



Nova rodada de negociações com o SESI e o SENAI

Dia 27 de janeiro ocorreu a segunda rodada de negociação com o SESI e o SENAI. Conforme decisão tomada na reunião anterior, ocorrida dia 22/01, o debate concentrou-se nas cláusulas sociais. As reivindicações de natureza econômica – reajuste, cesta básica etc. – começarão a ser discutidas a partir da próxima semana.

Nessa primeira etapa, o recesso promete ser um dos principais pontos de conflito. O SESI quer mudar esta garantia, mas ainda não explicou como. A FEPEESP e os SINPROs adiantaram que não aceitarão mudanças que possam restringir os trinta dias de recesso.

Houve concordância na renovação de boa

parte das cláusulas sociais existentes nos acordos anteriores. Em contrapartida, a representação patronal rejeitou outras reivindicações que acrescentariam novos direitos coletivos aos professores. Entre elas, a inclusão dos maridos como dependentes das professoras no plano de saúde, a limitação do número de alunos nas salas de aula e outras medidas que asseguram melhoria de condições de trabalho e de saúde dos professores.

Os SINPROs e a FEPEESP justificaram cada uma das reivindicações e insistiram na importância de serem incorporadas ao novo acordo coletivo.

Fonte: FEPEESP

Professores participam da assembleia no SINPRO ABC

No dia 31 de Janeiro (sábado) foi realizada a assembleia de Campanha Salarial 2004.

A assembleia contou com a participação de aproximadamente 50 professores e professoras que foram informados sobre os rumos das negociações nos três segmentos que o SINPRO ABC representa: SESI / SENAI (Senai Superior), Ensino Superior e Educação Básica.

Foi aprovado como indicativo de mobilização a divulgação de uma carta aberta; o uso de um carro de som e a distribuição de adesivos sobre a campanha salarial.

É de fundamental importância a participação e mobilização dos professores na assembleia de ponto abonado do dia 18 de fevereiro.

É preciso denunciar que nos últimos dois anos a perda salarial foi de aproximadamente 25% e somente a mobilização garantirá o pagamento do reajuste determinado pela justiça e o avanço nas negociações de 2004.

No dia 18 de fevereiro a aula é de cidadania. Compareça e faça valer seus direitos!

Demissões na categoria

Em nome tão somente da lucratividade, as instituições de ensino privado no ABC promoveram um número exorbitante de demissões no final do ano letivo de 2003.

Foram aproximadamente 500 demissões na categoria, um indicativo da necessidade dos professores e professoras se mobilizarem para exigirem o cumprimento da Convenção Coletiva.

As irregularidades verificadas pelo sindicato no ato dessas demissões são as mais absurdas: desde professores que não possuíam registro na carteira de trabalho, outros que não tiveram os prazos de demissões respeitados - como na UNIABC, onde 130 professores foram demitidos - até professores que pagavam as mensalidades dos filhos na escola onde lecionavam, num claro descumprimento da Convenção Coletiva que garante a bolsa de estudos aos filhos e dependentes legais.

O descumprimento das leis trabalhistas foram denunciados à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), com a solicitação de inúmeras fiscalizações.

O departamento jurídico do SINPRO ABC está encaminhando uma série de ações com o objetivo de garantir os direitos de todos os professores que se consideraram lesados no ato da demissão.

Ensino superior

Lembre-se: os direitos coletivos foram renovados e estão assegurados por dois anos, até 28 de fevereiro de 2005. Entre eles, a garantia semestral de salários, gratuidade nas mensalidades, férias coletivas, recesso e plano de saúde.

Salários de janeiro têm novo reajuste

A Convenção Coletiva de 2003 garante novo reajuste em janeiro de 2004, totalizando 14,8% sobre outubro de 2002. Veja como calculá-lo:
valor da hora-aula X 1,148 = valor da hora-aula Out/2002 Jan/2004

Ensino Básico

Piso Salarial 2003

Escolas	Piso
Ed. Infantil	R\$ 490,17 + 5% de hora atividade
Ed. Infantil + Ens. Fundamental (1ª a 4ª série)	R\$ 547,73 + 5% de hora atividade
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)	R\$ 6,47 + 1/6 DSR + 5% hora atividade
Ensino Médio e Curso Livre	R\$ 7,21 + 1/6 DSR + 5% hora atividade
Ensino Técnico	R\$ 6,57 + 1/6 DSR + 5% hora atividade
Pré Vestibular	R\$ 10,06 + 1/6 DSR + 5% hora atividade

EXPEDIENTE

O PROFESSOR - Boletim Informativo do SINPRO-ABC - Sindicato dos Professores do Grande ABC ISSN: 1679-8473

• Presidente: Célia Regina Ferrari • Diretor Responsável: Oswaldo de Oliveira Santos Jr. • Jornalista: Luciana Mastrorosa - Diagramação e ilustração: Israel Barbosa
• Tiragem: 4000 exemplares • Gráfica: Diário Artes Gráficas - A publicação não se responsabiliza por matérias assinadas e declarações de terceiros.